

**A GRAMÁTICA NORMATIVA E SEUS ENTRAVES
PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA:
EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA
PARA O TRABALHO DOCENTE**

Rafael Ferreira Figueira (FAETERJ)

rafaelferreira.figueira@hotmail.com

Camimira da Silva Ferreira (FAETERJ)

cammirafferreira@hotmail.com

Karina Pereira Detogne (FAETERJ)

karinadetogne@ig.com

1. Introdução

O presente trabalho nos possibilita uma discussão a respeito da abordagem da gramática normativa nas escolas brasileiras, da valorização da bagagem linguística do aluno, ou seja, o letramento. Assim enfatizaremos a contribuição da linguística e do letramento para um ensino de língua portuguesa que favoreça uma educação linguística para o trabalho docente.

Desta forma, queremos colocar em debate o ensino da gramática normativa, de forma flexível, onde a bagagem linguística que o aluno trás lá de fora da escola seja considerada e aproveitada pelos professores, e não ridicularizada como “errado” e “certo”, pois o errado e o certo são estabelecidos por uma gramática engessada, que não possibilita a compreensão do aluno como um ser social e cultural. Portanto, queremos que esta forma de ensinar gramática aos indivíduos seja compreensível e flexível, pois queremos cidadãos participantes e não pessoas com medo de se expressarem por causa de sua forma de falar. As escolas devem ensinar a norma culta da gramática, mas ela deve mostrar que esta não é a única maneira de se falar e de escrever, deve levar o aluno a compreender o local certo para cada discurso, quebrando assim a concepção de “certo e errado”.

2. Gramática normativa: o ensino atual na sala de aula

A gramática normativa é considerada aquela que prescreve as regras, normas gramaticais de uma língua. Ela admite apenas uma forma correta para a realização da língua tratando as variações como erros gra-

maticais. Atualmente, é muito criticada pelos gramáticos, pois já admitem outras gramáticas como a descritiva, a gerativa, entre outras.

A gramática culta (normativa) toma como base as regras gramaticais tradicionais e o uso da língua por dialetos de prestígio como, por exemplo, obras literárias consagradas, textos científicos, discursos formais, entre outros. As variedades linguísticas faladas são tratadas como desvio da norma até que sejam dicionarizadas e oficialmente acrescentadas as regras gramaticais daquela língua.

Com esta oficialidade da norma culta, a fonologia através da ortopeia estuda a pronúncia correta dos vocábulos, a prosódia faz a determinação da sílaba tônica e da ortografia, que é a representação “correta” da língua.

Na morfologia estuda a forma dos vocábulos, as classes de palavras e as classes gramaticais.

Por fim, na sintaxe estuda a relação entre as palavras de uma oração ou relação entre as orações de um período a partir de regras pré-determinadas com relação à concordância, à regência e à colocação pronominal.

A gramática normativa é abordada nas escolas, estipulando o que é certo e o que é errado. Ela é muito valorizada na sala de aula, pois ela é considerada a única forma correta de ensinar os alunos para que possam se comunicar em situações mais formais da língua, situações nas quais se torna necessário o uso do código gramatical tido como padrão pelos estudiosos da língua. Esta situação de certo e errado da margem para muita discussão.

Em aulas de inglês, a gramática resume-se, de certa forma, aos tempos verbais, preposições, ordem dos adjetivos, comparativo e superlativo, verbos regulares e irregulares no *past simple* e toda esta confusão de nomes que muitas vezes os próprios professores de língua inglesa acabam se confundindo.

Portanto, é através da gramática normativa, que atualmente os professores de língua portuguesa e de outras disciplinas analisam as sentenças produzidas pelos alunos. O professor corrige seu aluno baseado na norma culta.

O ensino de gramática pelos docentes deve propiciar aos alunos o domínio não só das normas, mas a competência para se comunicar de

forma adequada. A gramática padrão não privilegia na maioria das vezes os conhecimentos linguísticos trazidos pelos alunos e é desprezado na realização do processo ensino/aprendizagem. Então, é de grande relevância que os docentes exponham para os alunos que a gramática normativa não é a única forma correta de se escrever e falar, deve mostrar ao aluno os momentos adequados para cada tipo de discurso e escrita, assim demonstrando a ele a variação da língua, não estipulando uma única forma de comunicação oral e escrita.

Assim sendo, a gramática e o ensino de língua nas escolas deve propiciar aos alunos o desenvolvimento de habilidades para a utilização da linguagem, levando em consideração aspectos sociais, culturais e econômicos, sem haver discriminação de classes, mas sim mostrando a importância de se aprimorar a linguagem para que possa ser usada adequadamente observando o contexto o qual está sendo utilizada.

Em questão escolar, para muitos docentes, a gramática normativa, contribui para que os alunos consigam êxito em concursos e vestibulares, mesmo sendo alunos do ensino fundamental, os docentes afirmam buscar conscientizá-los dessa significativa participação futura. Os professores têm que estar cientes que o ensino da gramática normativa é a forma correta para o processo de comunicação, mas devem também mostrar e considerar os diversos tipos de gramática, não se baseando apenas na gramática padrão, pois o aluno deve compreender o momento adequado para a utilização de cada um.

Ao ensinarmos gramática queremos que o aluno domine a língua, para ter uma competência comunicativa nessa língua [...] é preciso entender que dominar uma língua não significa apenas incorporar “um conjunto de itens lexicais (o vocabulário)”, aprender “um conjunto de máximas ou princípios” de como construir um texto oral (participando de uma conversação ou não) ou escrito, levando em conta os interlocutores possíveis e os objetivos que se tem ao dizer bem como a própria situação de interação como elementos pertinentes nessa construção e no estabelecimento do efeito de sentido que acontece na interação comunicativa. (TRAVAGLIA, 2001, p. 107)

Assim, quando o professor ensina a gramática normativa ele deve mostrar para o aluno que a mesma não se baseia apenas nas normas ortográficas padrão, mas conduzi-lo a contextualização do significado a respeito da sua aprendizagem e aplicabilidade no contexto social no qual está inserido.

De acordo com Possenti (1996) o equívoco no ensino de língua portuguesa está possivelmente no fato de o professor não perceber que o menos favorecido socialmente só tem a ganhar com o domínio de outra

forma de falar e de escrever. Para esse autor o que acontece é um equívoco no ensino da norma culta em relação à classe desprivilegiada, pois com o ensino adequado da norma culta aos menos favorecidos eles só tendem a conseguir êxito através dos conhecimentos adquiridos, pois conseguiram comunicar-se formalmente nas situações que a exige. Mas o erro surge por não compreender que os falantes possam aprender mais de uma forma de comunicação. Segundo Possenti:

Consiste em imaginar que cada falante ou cada grupo de falantes só pode aprender e falar um dialeto (ou uma língua). Dito de outra maneira: a defesa dos valores “populares” suporia que o povo só fala das formas populares, e que eles são totalmente distintos das formas utilizadas pelos grupos dominantes. (POSSENTI, 1996, p. 19)

Enfim, podemos constatar que a gramática normativa é uma das possibilidades de comunicação e que ela contribui significativamente para a vida escolar, social e cultural dos alunos. Verificamos também que os docentes mesmo utilizando o conhecimento linguístico trazido pelos alunos para ensinarem as regras gramaticais, apresentam dificuldades em conciliar esse conhecimento (essa linguagem trazido pelos alunos) com a gramática normativa e, assim, favorecer o ensino-aprendizagem da norma culta.

Assim, o ensino de língua portuguesa nas escolas tem sido pautado na gramática normativa, tornando-se o ensino de gramática estático, engessado, sem flexibilidade. Mas os professores demonstram preocupação em trabalhar de forma que a aprendizagem aconteça apesar das dificuldades encontradas durante este processo.

Desta forma, o aluno não precisa perder suas origens e características singulares para desenvolver uma linguagem dita “correta” dentro da sociedade, mas aprender a discernir o usual do formal e saber qual tipo de formalidade deverá adotar dentro de cada contexto em que estiver inserido.

3. Valorização da bagagem linguística (letramento) do aluno

Ao observar o processo histórico da alfabetização escolar, nota-se uma trajetória de sucessivas mudanças conceituais e, conseqüentemente mudanças metodológicas. Assim, neste processo histórico, temos a alfabetização como um mero ato de ensinar a ler e escrever, mas estudos atuais revelam um novo conceito o de letramento, que por sua vez, é muito mais amplo do que o conceito de alfabetização.

O letramento é muito mais do que ensinar a ler e a escrever, ou seja, é mais que alfabetizar. Ele vai além da leitura e da escrita, consiste em ensinar a ler e escrever dentro do contexto em que o aluno esteja inserido, onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do educando, valorizando sua bagagem linguística que fica implícita no seu interior, que é acumulada no seu dia-a-dia, através da participação e vivência social.

Assim segundo Magda Soares (2004):

Letramento é palavra e conceitos recentes, introduzidos na linguagem da educação e das ciências linguísticas há pouco mais de duas décadas. Seu surgimento pode ser interpretado como decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagem de língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização. (...) Alfabetizar não é apenas aprender a ler e escrever, alfabetizar é muito mais que apenas ensinar a codificar e decodificar. (SOARES, 2004, p. 97)

No entanto, o letramento não é neutro, desinteressado, desta forma está entrelaçado ao conhecimento escolar, as histórias de vida e o desenvolvimento e a transformação do próprio eu. Desta forma, a bagagem linguística de cada indivíduo deve ser valorizada e trabalhada de forma coerente com a história de cada indivíduo, pois cada um de nós possuímos uma bagagem linguística diferente.

Assim, considerado e valorizando a bagagem linguística de cada aluno, podemos dar início ao processo de alfabetização/letramento, pois dentro perspectiva o contexto de vida do aluno é considerado, tornando o processo prazeroso e satisfatório. Desta forma os costumes, os valores, as culturas de cada um são consideradas, ou seja, o conhecimento que o indivíduo possui antes mesmo de entrar na escola é aceito como forma impulsionadora do processo de aprendizagem do aluno.

Nesta perspectiva de letramento o aluno é orientado pelo professor a representar sua própria realidade, assim, o professor é um mediador do conhecimento científico em complementação do conhecimento informal que o aluno já possui, ou seja, ajuda o aluno a aprimorar sua visão de mundo.

Portanto, não basta apenas ensinar a criança a ler e escrever é necessário fazer com que ela tenha uma ampla interpretação do mundo, ou apenas aprimorar esta visão de mundo que o indivíduo já possui, pois podemos ser analfabetos e sermos letrados ou vice-versa, pois o letra-

mento não se fecha apenas no ato de ler e escrever, ele considera todo um contexto social, cultural e econômico, e acima de tudo a bagagem linguística do aluno, que muitas vezes é esquecido pelos ditos “educadores”, assim como o currículo oculto dos alunos que Paulo Freire tanto enfatiza. Desta maneira, o professor deve engajar em práticas sociais letradas, respondendo e atendendo a esta nova demanda de alfabetização, onde a bagagem do aluno é considerada, assim como, seu contexto. Assim: “Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de uma sociedade”. (TFOUNI, 1995, *Apud* COLLELHO, p. 20)

Por fim, aprender a ler e a escrever não implica só no conhecimento das letras e no modo de decodificá-las ou de associá-las, mas a possibilidade de usar esse conhecimento em benefício de formas de expressão e comunicação, possíveis, reconhecidas, necessárias e legítimas em um determinado contexto social, cultural e econômico. Desta forma, a escrita deve ser utilizada em sala de aula como correspondência das formas pelas quais ela é utilizada verdadeiramente nas práticas sociais, assim, fazendo com que o aluno perceba a importância da escrita e da leitura, ligando-a ao seu contexto, no qual, está inserido. Assim, para que esta proposta de letramento seja cumprida as práticas pedagógicas precisam estar contextualizadas e que sejam significativas para o sujeito do processo ensino aprendizagem.

Enfim, o letramento propõe que o indivíduo aprenda a ler e escrever e acima de tudo que possa compreender o que está lendo e escrevendo, assim, possibilitando-o uma leitura de mundo ampla e crítica, favorecendo uma interpretação única como ele mesmo. É necessário relevar que apesar de alfabetização e letramento terem significados diferentes, ambos se completam, pois devemos aprender a ler e a escrever, mas também devemos aprender a decodificar o mundo.

(...) alfabetização e letramento são conceitos frequentemente confundidos ou sobrepostos, é importante distingui-los, ao mesmo tempo que é importante também aproximá-los: a distinção é necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado perigosamente a especificidade do processo de alfabetização; por outro lado, a aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente daquele. (SOARES, 1998, p. 90)

Assim, os professores devem alfabetizar letrando, para que contribuam na formação de um cidadão crítico, interpretativo e atuante na

sociedade que vive, pois não basta que o aluno aprenda a ler e escrever, ele tem que aprender a interpretar o mundo que está a sua volta, só assim poderá ter uma sociedade com indivíduos críticos e atuantes. Queremos pessoas alfabetizadas e letradas.

4. Contribuições da linguística e do letramento para a promoção da educação linguística do professor de língua materna

Partimos de uma constatação de que o ensino de língua portuguesa empreendido atualmente não tem dado conta de atender a todas as demandas sociais. Nesse sentido, faz-se necessário repensar os caminhos que o ensino de língua materna tem percorrido, trazendo à luz dos estudos linguísticos o ideal da educação linguística. Assim sendo, para Bagno *et alii*, o termo referido é (2005):

O conjunto de fatores socioculturais que, durante toda a existência de um indivíduo, lhe possibilitam adquirir, desenvolver e ampliar o conhecimento de/ sobre sua língua materna, de/ sobre outras línguas, sobre a linguagem de um modo mais geral e sobre todos os demais sistemas semióticos. (BAGNO *et alii*, 2005, p. 63)

Assim sendo, podemos verificar que o ideal de educação linguística ainda está muito distanciado da realidade das salas de aula, que empreendem um ensino com base em regras gramaticais, que são ensinadas de forma estanque, isolada e descontextualizada dos usos reais da língua.

Dessa forma, a linguística tem proposto estudos sobre a linguagem que orientam para um ensino de língua mais contextualizado e produtivo.

Por exemplo, a sociolinguística, que é um braço da linguística, que se orienta por um estudo científico da língua em seu contexto social, por meio de estudos empíricos sobre a heterogeneidade constitutiva das línguas, tem evidenciado os vários fenômenos da variação linguística que ocorrem no português brasileiro, assim como as implicações dessas variações no processo de ensino e aprendizagem da linguagem, sobretudo, no que se refere ao ensino da língua portuguesa. Em relação à contribuição da Sociolinguística para o ensino de língua materna, Carlos Emílio Faraco *apud* Costa, afirma que

cabe ao ensino ampliar a mobilidade sociolinguística do falante (garantir-lhe um trânsito amplo e autônomo heterogeneidade linguística em que vive) e não se concentrar apenas no estudo de um objeto autônomo e despregado das práticas socioverbiais (o estrutural em si). (FARACO *apud* COSTA, 2009, p. 2)

Os estudos advindos da linguística podem contribuir para melhorar a qualidade do ensino da língua portuguesa, uma vez que essa corrente considera a realidade linguística dos usuários da língua, levando em conta, além dos fatores internos à língua referentes à fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e também os de ordem externa à língua, isto é, aqueles referentes ao sexo, à faixa etária, origem geográfica, situação econômica, escolaridade, história, cultura, dentre outros.

Durante muitas décadas, as escolas brasileiras submeteram o ensino da língua portuguesa à visão tradicional incluí, dentre outras habilidades, “ler corretamente”, sem tropeçar nas palavras, ou seja, ler sem gaguejar, a conhecida “boa leitura”, saber ler e escrever relaciona-se, especialmente, ao domínio da gramática, isto é, não se pode cometer “erros ortográficos e de concordância”. Com essa visão, às escolas e ao professor fica garantida a formação de leitores e produtores de texto. Com isso, o aprendiz, cujo desempenho não atender a tais habilidades, será reprovado. Essa visão, não avalia a criatividade do aluno, visto que focaliza as estruturas apresentadas pelas gramáticas e/ou livros didáticos, por meio de sentenças isoladas, descontextualizadas, retiradas de fragmentos de romances, poesias e outras obras clássicas brasileiras e/ou portuguesas.

Nesse contexto, verifica-se que a linguagem usada em sala de aula representa e reproduz o falar da classe social que detém o poder, o domínio econômico e cultural, ou seja, o conhecimento dos discentes é avaliado a partir dos estudos e dos domínios que eles têm das regras e estruturas da língua e, também, das análises das construções sintática, morfológica ou fonológica. De acordo com essa visão, pode-se afirmar que o estudo e ensino da língua subestimam a criatividade do discente, já que a noção de língua que permeia esse ensino é estática e homogênea, desqualifica semanticamente o texto lido em sala de aula, visto que o reduz a um aglomerado de palavras desconexas, submetendo-o a retalhos de sentenças soltas, despreza o conteúdo do texto, pois as pistas que conduzem à sua interpretação priorizam a estrutura formal.

Em se tratando de ensino da gramática normativa, Ilari afirma que

ela procura estabelecer como a língua deve ser, (...) o autor estabelece regras destinadas a orientar o comportamento linguístico de seus leitores. A palavra regra tem, nesse caso, o sentido de “regulamento”, “instrução sobre como agir”, norma de conduta linguística. (ILARI, 2006. p. 29)

Por sua vez, o letramento é visto por muitos pesquisadores como um salto excepcional no desenvolvimento psicossocial do indivíduo, como o passaporte para a ascensão social do indivíduo ou de um grupo so-

cial. O letramento (a escrita e seus reflexos) para Vygotsky (*apud* TFOUNI, p. 21), “favorece os processos mentais superiores, tais como: raciocínio abstrato, memória ativa, resolução de problemas etc.”

Para formar cidadãos atuantes, é preciso conhecer a importância da informação sobre o letramento. Letrar significa colocar o indivíduo no mundo letrado, trabalhando com os distintos usos de escrita na sociedade. O letramento é cultural, por isso muitas crianças já vão para escola com o conhecimento alcançado de maneira informal absorvido no cotidiano. Ao conhecer a importância do letramento, deixamos de exercitar o aprendizado automático e repetitivo, baseado na descontextualização.

Assim sendo, letramento é informar-se através da leitura, é buscar notícias e lazer nos jornais, é interagir selecionando o que desperta interesse. Letramento é ler histórias com o livro nas mãos, é emocionar-se com as histórias lidas, e fazer, dos personagens, os melhores amigos. Letramento é descobrir a si mesmo pela leitura e pela escrita, é entender quem agente é e descobrir quem podemos ser.

Dessa forma, o letramento é importante porque facilita o desempenho das pessoas na escrita, na assimilação da leitura e discernir melhor aquilo que estudou para pôr em prática. O letramento sempre será o fator determinante de uma boa alfabetização, sem grandes entraves e conflitos, por tanto a criança precisa, antes de qualquer método eficaz de alfabetização, de uma bagagem rica em variedade de discursos nos mais variados gêneros.

Nesse sentido, é importante destacar que letramento é o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais, na língua oral ou escrita. É levar os indivíduos, as crianças e adultos a fazer uso da leitura e da escrita, envolver-se em práticas sociais de leitura e de escrita é ser amigo dos livros dissecá-los, fazer uma bela leitura e repassar para quem não possui esse dom os ensinamentos que o letramento nos oferece.

Assim, letramento e linguística devem andar juntos, pois um complementa o outro, favorecendo uma educação linguística, onde toda a bagagem do aluno é considerada e valorizada. Desta forma, o modo como o aluno fala, escreve é aceito, mas esta fala e escrita é orientada pelo professor, onde ele mostra como é que se escreve e se fala na norma culta da gramática normativa. Esta junção de letramento e linguística fazem com que o aluno se sinta a vontade e se mede de se expressar, pois as va-

riedades linguísticas, a condição social, econômica são consideradas e trabalhadas em função de um ensino mais produtivo.

5. Considerações finais

Diante das reflexões sobre a questão do ensino de língua e a possibilidade de um novo olhar do professor em relação ao ensino empreendido, verificamos a – urgente – necessidade de se promover a educação linguística, inicialmente do professor e, posteriormente, dos alunos. O que se pretende, portanto, é uma ampliação da competência comunicativa desses usuários da língua, de modo que o aluno seja eficiente nas mais diversas situações discursivas. Assim, sem a pretensão de finalizar ou concluir esta reflexão, fechamos este trabalho, mas levantamos uma série de questionamentos e indagações que devem contaminar o leitor, sobretudo, o professor de língua portuguesa, para que, de fato, as teorias linguísticas possam ser utilizadas em sala de aula, na busca de um ensino mais libertador, no que diz respeito ao uso da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da educação linguística no Brasil. *Linguística Aplicada*, v. 5, n. 1, 2005.

BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* 11. ed. São Paulo: Ática, 2001.

COLELHO, Silvia M. Gasparian. *Alfabetização e letramento: repensando o ensino da língua escrita*. Porto: Madruvá, 2003.

COSTA, Geisa Borges da. Contribuição das pesquisas sociolinguísticas para o ensino de língua materna. *Revista Língua & Educação – Linguística & Ensino: Perspectivas*, ano 1, vol. I, p. 65-78, 2009. Disponível em: <<http://www.linguaeducacao.net/press/06.pdf>>.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

KLEIMAN, Angela B. *O conceito de letramento e suas implicações para a alfabetização*. Disponível em: <<http://www.letramento.iel.unicamp.br>> Acesso em maio 2013.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Letramento e competência comunicativa: a aprendizagem da escrita*. Campinas: Unicamp, disponibilizado em 26 de junho de 2009 em

<http://www.letramento.iel.unicamp.br/publicacoes/artigos/letramento_e_competencia_comunicativa_MariaMatencio.pdf>.

MORAES, Ety. *A relação com o mundo letrado*. Disponível em:

<<http://www.recantodasletras.com.br>>. Acesso em junho, 2013.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil, 1996.

SOARES, Magda Becker. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática 1º e 2º graus*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.